

3

Antigüidade Clássica: os romanos (séculos 6 a.C – 5 d.C.)

3.1

Contextualização: as civilizações grega e romana

Em uma retrospectiva da prática tradutória dos romanos na Antigüidade Clássica, faz-se necessário, logo de início, um breve esclarecimento a respeito das civilizações romana e grega dessa época não só pelo fato de qualquer prática tradutória estar condicionada ao seu contexto histórico, como também por não haver registros de traduções romanas a partir de outras línguas que não o grego.

3.1.1

A civilização grega

A civilização grega surgiu entre os séculos 12 e 11 a.C. A língua falada era o grego, em várias modalidades: “o grego ocidental, o grego dórico e do Noroeste, o grego pré-dórico, o grego eólio e o jônico, de que o ático era um sub-dialeto; e o grego arcádio-cipriota” (Jaguaribe, 2002: 280). Essa civilização compreendeu três períodos principais: “o arcaico, do século 11 ao 7 a.C.; o clássico, do século 6 ao 4 a.C.; e o helenístico, do século 3 ao 1 a.C.” (*ibidem*).

A visão de mundo dos gregos passou das cosmogonias mitológicas para a compreensão racional da natureza e da realidade, empreendida pela filosofia.

Os gregos entendiam sua cultura como uma cultura de excelência, e mesmo superior às demais. Sem dúvida eles produziram obras artísticas incomparáveis e um pensamento filosófico que sustentou toda a filosofia ocidental. Autores como Sófocles, Ésquilo e Eurípedes, os três grandes trágicos, mantêm-se até hoje como referências obrigatórias na dramaturgia, assim como Sócrates, Platão e Aristóteles formam o tripé do nascedouro da filosofia no Ocidente.

3.1.2

A civilização romana

A civilização romana, que conheceu um desenvolvimento gradual, teve seu início por volta do século 7 a.C. Esse processo compreendeu cinco fases principais:

“(1) a fase inicial, que corresponde ao período monárquico e ao princípio da República; (2) o período da República tardia; (3) o Principado, de Augusto a Marco Aurélio; (4) a grande crise do terceiro século; e (5) o período da Antigüidade tardia, com a divisão entre leste e oeste e as sucessivas épocas pagã e cristã” (Jaguaribe, 2002: 365).

A marca genuína e duradoura da civilização romana foi seu pragmatismo a serviço da cidade-estado e, posteriormente, a serviço do Império. Essa praticidade se materializou de forma notável nos campos da oratória forense, do direito e da jurisprudência; da engenharia civil e militar; da arquitetura e do urbanismo.

Ao longo de três séculos, o Império Romano estendeu seu domínio da península italiana a toda uma vasta área mediterrânea e à vasta região a oeste da Índia, com exceção da Pérsia. No século 1 a.C. era o maior império da Antigüidade. O mundo jamais conheceu império tão duradouro.

Apesar da enorme potência do Império Romano, a opulência cultural da Grécia antiga constituiu objeto de desejo dos romanos, que se acercaram dessa cultura, levando-a para a sua. Os romanos absorveram não apenas o magnífico imaginário grego representado na mitologia, mas também suas representações artísticas – da arquitetura à escultura, por exemplo –, além da filosofia, da ciência natural e da teoria política. A literatura romana – cujos maiores expoentes foram Cícero, Virgílio, Horácio e Ovídio – também foi fortemente influenciada pela literatura grega. Não é de se estranhar, portanto, que os romanos tenham traduzido o acervo cultural grego.

3.2

A prática tradutória dos romanos

A grande influência cultural da Grécia sobre Roma deveu-se, em parte, ao reconhecimento dos romanos relativamente à superioridade intelectual e artística dos gregos:

From the beginning, Roman authors were highly conscious of their dependence on Greek literary models. One expression of this was a complex range of attitude devoted to the notion of *imitation* – the term given to using Greek sources as a basis for creating works in Latin. (Montgomery, 2000: 31)

O interesse dos romanos pelo patrimônio artístico grego devia-se ao desejo daqueles em erigir uma literatura. Traduzir literatura – bem como filosofia – significava trazer elementos da cultura grega para a cultura romana.

Por volta do ano 250 a.C, soldados romanos retornaram da Grécia, onde estavam a serviço militar, com grande interesse pelo teatro grego. Escritores da época atenderam a essa demanda com traduções sentido-por-sentido e imitações (adaptações) de textos dramáticos gregos. O primeiro a realizar esse empreendimento foi Lívio Andrônico, escravo grego capturado em Tarentum, que traduziu a *Odisséia*, do poeta grego Homero, para o latim (ver Kelly, 1998: 495).

Quinto Ênio (239-169 a.C.), considerado o pai da literatura romana, também traduziu o teatro grego. Prática seguida por seu sobrinho, Pacúvio (220-130 a.C.), que teve um importante papel na transformação do latim em língua literária. Infelizmente, muitas das traduções de dramas gregos se perderam, mas há ainda um número considerável delas realizadas por Plauto (184 ? a.C.) e Terêncio (190-159 a.C.), dois dos mais famosos dramaturgos romanos da Antiguidade. Kelly (1998: 495), em seu verbete “Latin tradition” para a *Encyclopedia*, considera que Terêncio tenha realizado traduções que lembram a prática tradutória das *belles infidèles* dos tradutores franceses do século 17, na medida em que grande parte dos tradutores romanos adaptava livremente os textos dramáticos gregos.

O apogeu da tradução literária romana, segundo especialistas, situa-se no período compreendido entre o século 1 a.C. e a metade do século 2 d.C. Vários autores latinos utilizaram modelos gregos como inspiração para suas (re)criações. Assim, segundo Furlan (2001: 12), “a gênese da literatura latina está na tradução e imitação de modelos gregos”.

Na segunda metade do século 1 a.C. a retórica grega foi introduzida em Roma e a tradução passou a ser considerada uma variação da retórica, considerada um importante exercício de linguagem, centrado no poder da palavra (ver Kelly, 1998: 495). A retórica era um recurso de grande prestígio nas artes liberais, ocupando, depois da gramática e da dialética, o terceiro lugar na escala do *trivium*

– uma das duas áreas de estudo do sistema educacional baseado nas sete artes liberais. A outra área de estudo era o *quadrivium*, que compreendia a aritmética, a geometria, a música e a astronomia. O conjunto das disciplinas do *trivium* e do *quadrivium* constituíam as sete artes liberais (ver Bassnett, 1980: 51). Tanto o professor de retórica quanto o orador que a praticava ocupavam um lugar de destaque no quadro das profissões da época (ver Renner, 1989: 147). O poder da retórica significava o poder sobre o outro: o poder de convencer, de impor leis, de manter a ordem e de guiar o outro para uma determinada direção. Não é de surpreender que para os romanos, que se sobressaíram sobretudo no direito, a retórica tenha adquirido utilidade pública. Os gregos, criadores da retórica, dominavam bem essa arte de tornar o argumento persuasivo e os romanos ansiavam por aprendê-la. A tradução se tornou um meio para tal.

A tradução não era encarada como mediação para os romanos cultos, já que estes eram bilíngües e não precisariam da tradução para ter acesso aos textos gregos (ver Bassnett e Lefevre, 1990: 15). O objetivo da tradução romana parece ter sido, sobretudo, o exercício estilístico como recurso para aprender com os gregos a arte da retórica, ou seja, traduzir retórica para aprender retórica, traduzir discursos para aprender a arte do discurso.

Para os romanos da Antigüidade Clássica, o enriquecimento da língua latina era um alvo a ser atingido, e uma das estratégias para que isso ocorresse através da tradução era o empréstimo de palavras da língua estrangeira, além de novos usos para palavras já existentes na língua de chegada. Horácio (65-8 a.C.), grande poeta romano, comparou esse processo de adição de novas palavras e desaparecimento de outras “à troca de folhas na primavera e outono” – troca não só natural como desejável para o enriquecimento da língua (ver Bassnett, 1980: 44).

Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), grande orador e tradutor, apresentou a primeira reflexão sobre tradução em *De optimo genere oratorum* (46 a.C.), levantando, segundo Mounin, a questão teórica presente nas discussões sobre tradução por quase dois mil anos: “deve-se ser fiel às palavras do texto ou ao pensamento contido nele?” (*apud* Furlan 2001: 12).

Em um trecho de *De optimo genere oratorum*, Cícero refere-se a duas maneiras de traduzir: como intérprete, ou seja, palavra-por-palavra; e como orador, sem a necessidade de tradução palavra-por-palavra:

Não traduzi como intérprete, mas como orador [...]. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra-por-palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força. Não considerarei, pois, ser mister enumerá-las ao leitor, mas como que pesá-las. (tradução de Furlan, 2001: 17)

Em uma nota de rodapé referente a esse mesmo texto, Robinson (2002: 9) afirma que, para Cícero, “intérprete” era o tradutor literal (palavra-por-palavra). Quanto ao “orador”, este estava mais preocupado com o impacto de suas palavras no leitor da tradução do que com uma tradução palavra-por-palavra. Robinson enfatiza que Cícero, na verdade, não disse que traduzir como orador era o mesmo que traduzir sentido-por-sentido; entretanto, atribui-se a ele esse preceito. De sua parte, Bassnett (1980: 44) diz que, para Cícero e Horácio, a tradução consistia em produzir um texto na língua de chegada baseado no princípio de tradução sentido-por-sentido e não no de tradução palavra-por-palavra, e que o foco deveria estar no leitor da tradução.

Por outro lado, o professor de retórica Marco Fábio Quintiliano (35-96), orador e escritor romano, famoso retórico e crítico literário, em sua mais significativa obra – *De institutione oratoria* (95), publicada em 12 volumes e na qual apresentou diretrizes para a formação cultural dos romanos desde a infância até a maturidade – expôs a tradução como um exercício retórico e apresentou o que considerou ser a melhor forma de traduzir, aconselhada, segundo ele, por Cícero. Para Quintiliano,

traduzir do grego ao latim era, na concepção dos nossos antigos oradores, o melhor exercício [...] Aos pensamentos mesmos se pode acrescentar a força oratória, suprir os incompletos, encurtar os extensos. (*apud* Furlan, 2001: 19)

Por esse comentário, pode-se dizer que Quintiliano encarava a tradução como imitação. Plínio, o Jovem (61-113), discípulo desse orador, também considerava a tradução uma imitação; ou seja, aquela que não tem como objetivo nem a fidelidade semântica nem a formal, e que por isso opera deliberadamente, no original, omissões, acréscimos e alterações:

Antes de tudo é útil e muitos recomendaram traduzir seja do grego ao latim seja do latim ao grego; porque com este tipo de exercício se procura a propriedade e o resplendor das palavras, a riqueza das figuras, os métodos para amplificar, e, além disso, a faculdade para criar de maneira similar a partir da imitação dos melhores. (*apud* Furlan, 2001: 20)

E ainda aconselha:

You can also revise the speeches you have put aside, retaining much of the original, but *leaving out* still more and making other *additions* and *alterations*. (Robinson, 2002: 18 grifos meus)

A partir dos comentários de Quintiliano, de Bassnett e de Robinson, é possível perceber que há diferentes interpretações dos comentários de Cícero sobre tradução. Entretanto, nos registros de reflexões sobre a prática tradutória dos romanos há claramente a indicação de que ela caracterizou-se *principalmente* pela imitação.

No que diz respeito à tradução do teatro grego, foram realizadas traduções sentido-por-sentido e, sobretudo, imitações (adaptações). Montgomery (2000) chama a atenção para uma outra prática, menos conhecida, que era realizada na época de Plauto e Terêncio, ou seja, no início da tradução para o teatro: alguns textos eram traduzidos o mais literalmente possível, trocando-se o título e retirando-se o nome do autor grego para um autor romano assumir a autoria.

A pesquisa acerca das práticas tradutórias romanas permite perceber que elas resultaram do interesse que a elite romana tinha de alcançar o poder do conhecimento letrado e artístico. Existia um misto de admiração e rivalidade dos romanos em relação aos gregos. Recriar em latim o melhor da cultura grega significava o poder de produzir novos modelos que iriam se igualar ao original grego ou mesmo substituí-lo. Nas palavras de Montgomery (2000):

Translation, in large part, thus retained this power: it proved to be the medium by which Roman dependence on a relatively monolithic “Greek achievement” could be both expressed and overcome. (p. 30)